

ZENILDO BODNAR
Magistrado Federal em Itajaí/SC;
Professor do Mestrado em Ciência Jurídica da Univali.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO-ADMINISTRADOR

Estado contemporâneo e tributação
Teoria da desconsideração da personalidade jurídica
Responsabilidade tributaria no direito estrangeiro
Propostas para um novo regime de responsabilidade

Juruá Editora

2005

336.1/.5(81)
B668r



B668

Bodnar, Zenildo.

Responsabilidade tributaria do sócio-administrador./

Zenildo Bodnar./ Curitiba: Juruá, 2005.

272p.

1. Responsabilidade tributaria. 2. Direito administrativo I. Titulo.

CDD 346.066 (22.ed) CDU 342.9

336.1/.5(81)
B668r



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 - O ESTADO CONTEMPORANEO E A TRIBUTAÇÃO	29
1.1 EVOLUÇÃO DO ESTADO	29
1.1.1 Influencias da globalização no Estado Contemporâneo	35
1.1.2 Impactos da globalização no Direito Tributário	37
1.1.3 Soberania fiscal dos Estados: um conceito em crise	40
1.1.4 Necessidade de uma nova feição ao Estado -"Estado Transnacional"	42
1.1.5 A função da tributação no Estado Social e Democrático de Direito	43
1.2 PRINCÍPIOS E LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR DO ESTADO CONTEMPORÂNEO	45
1.2.1 Soberania fiscal compartilhada e a harmonia dos sistemas tributários, como instrumentos para a eficiência dos sistemas fiscais no mundo globalizado	45
1.2.2 Princípios da tributação garantidores da cidadania tributaria	47
1.2.3 Respeito aos Direitos Humanos e fundamentais	48
1.2.4 Respeito aos institutos de direito privado	48
1.2.5 Respeito ao direito de propriedade, não confisco e liberdade de empresa	50
1.2.6 Principio da justiça material tributaria	51
1.2.7 Principio da legalidade	52
1.2.8 Principio da reserva de lei	54
1.2.9 Principio da igualdade tributaria	54
1.2.10 Principio da capacidade contributiva	56
1.2.11 Principio do mínimo existencial	58
1.2.12 Principio da confiança jurídica	59
1.2.13 Principio da progressividade tributaria	60
1.2.14 Outros princípios	60
2 - A RESPONSABILIDADE CIVIL E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	63
2.1 NOÇÕES GERAIS ACERCA DA RESPONSABILIDADE	63
2.1.1 Conceito de responsabilidade civil	65
2.1.2 Pressupostos da responsabilidade civil	65
2.1.2.1 Conduta	65
2.1.2.2 Dano	66
2.1.2.3 Nexo de causalidade	67
2.1.2.4 Culpa	67

336.1/.5(81)
B668r



2.1.3	Responsabilidade civil direta e responsabilidade civil indireta	69
2.1.4	Responsabilidade subjetiva e objetiva e a teoria do risco	69
2.2	RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA - CONSIDERAÇÕES GERAIS	73
2.2.1	O fato jurídico tributário	74
2.2.2	A norma tributaria	75
2.2.3	Obrigação tributaria e credito tributário	77
2.2.4	O fen�meno da sujeição passiva tributaria	82
2.2.5	Classificação dos sujeitos passivos	84
2.2.6	Definição de responsável tributário	87
2.2.7	Expansão subjetiva da responsabilidade tributaria	88
2.3	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	89
2.3.1	Conceito de responsabilidade tributária	89
2.3.2	Fundamentos da imputação de responsabilidade tributaria ao sócio-administrador	90
2.3.3	Crêterios adequados para a determinação do responsável tributário	93
2.3.4	Princípios tributários aplicáveis a responsabilidade tributaria	96
2.3.4.1	Legalidade	96
2.3.4.2	Devido processo legal	97
2.4	CARACTERISTICAS DA RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR	98
2.4.1	Necessidade de lei	98
2.4.2	Condição de administrador	99
2.4.3	Vinculação direta com o fato imponível	99
2.4.4	Natureza excepcional e acessória	101

3 - A RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA DO ADMINISTRADOR NO CONTEXTO JURÍDICO ATUAL 105

3.1	A natureza jurídica da responsabilidade tributaria do administrador: um enfoque especifico ao art. 135 do CTN	105
3.1.1	Responsabilidade pessoal e subjetiva	106
3.1.2	Responsabilidade solidária e objetiva	108
3.1.3	Responsabilidade exclusiva ou por substituição	110
3.1.4	Responsabilidade sancionatória ou punitiva	112
3.1.5	Responsabilidade subsidiaria ou supletiva	115
3.1.6	Natureza fiduciária	117
3.1.7	Conclusão acerca da natureza jurídica da responsabilidade	118
3.2	PRESSUPOSTOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DO SÓCIO-GERENTE OU ADMINISTRADOR POR DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA	119
3.2.1	Existência de responsabilidade a cargo da pessoa jurídica	120
3.2.2	Ato abusivo - conduta ilícita	120
3.2.3	Dano e impossibilidade de reparação pela pessoa jurídica	121

336.1/.5(81)
B668r



3.2.4 O elemento subjetivo - dolo ou culpa	122
3.2.5 Especial conexão entre as atribuições do responsável com o fato imponível	124
3.2.6 Conclusão acerca dos pressupostos para a responsabilização do sócio responsável	125
3.3 EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE OU ADMINISTRADOR	126
3.4 ASPECTOS POLÊMICOS DA IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AO SÓCIO-GERENTE OU ADMINISTRADOR NO ATUAL SISTEMA	126
3.4.1 Falsas causas de atribuição de responsabilidade ao sócio-gerente ou administrador	126
3.4.1.1 O inadimplemento tributário	128
3.4.1.2 A dissolução irregular	130
3.4.2 Questões processuais relativas à imputação de responsabilidade tributária ao sócio no atual sistema	133
3.4.2.1 Formação do título executivo	134
3.4.2.2 Momento processual para incluir o sócio no pólo passivo da execução e requisitos	136
3.4.2.3 Meios de defesa do sócio ou administrador executado, ônus da prova e o princípio do devido processo legal	137
3.4.2.4 Princípio da ampla defesa e do contraditório	139
3.4.3 Principais deficiências, limitações materiais e processuais do atual sistema de imputação de responsabilidade ao sócio administrador	140
3.5 A RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA DO SÓCIO-ADMINISTRADOR NO DIREITO ESTRANGEIRO	142
3.5.1 Alemanha	142
3.5.2 Argentina	143
3.5.3 Chile	144
3.5.4 Espanha	145
3.5.5 Itália	146
3.5.6 México	146
3.5.7 Paraguai	147
3.5.8 Peru	147
3.5.9 Portugal	148
3.5.10 Republica Dominicana	150
3.5.11 Uruguai	150

4 - A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	155
4.1 PESSOA JURÍDICA	155
4.1.1 Histórico do reconhecimento de personalidade a pessoa	

336.1/.5(81)
B668r



jurídica	155
4.1.2 Considerações gerais acerca da personalidade jurídica da pessoa jurídica	157
4.1.3 Princípio da separação patrimonial	158
4.1.4 Conceito de pessoa jurídica	159
4.1.5 Natureza jurídica da pessoa jurídica	160
4.1.6 Função social da pessoa jurídica	162
4.1.7 A crise da pessoa jurídica	165
4.2 a DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	165
4.2.1 Conceito de desconsideração da personalidade jurídica	168
4.2.2 Pressupostos para a aplicação da teoria	170
4.2.2.1 Ato abusivo	172
4.2.2.2 Dano	173
4.2.2.3 Impossibilidade da reparação do dano pela pessoa jurídica	173
4.2.2.4 Dolo ou culpa	174
4.2.3 A imputação da responsabilidade	174
4.3 CONDUITAS QUE JUSTIFICAM A DESCONSIDERAÇÃO	177
4.3.1 Abuso de direito	177
4.3.1.1 Teorias sobre o abuso de direito	178
4.3.1.2 Conceito de abuso de direito	179
4.3.2 A fraude à lei	180
4.3.3 Desobediência ao princípio da boa-fé	181
4.4 QUESTÕES PROCESSUAIS RELATIVAS A APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	181
4.5 A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO	184
4.5.1 Pontos convergentes entre os institutos da desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade tributária de terceiro	184
4.5.1.1 Objetivos	185
4.5.1.2 Imputação de responsabilidade	185
4.5.1.3 Princípio da separação patrimonial	186
4.5.1.4 Institutos de proteção da pessoa jurídica	186
4.5.1.5 Caráter excepcional de aplicação	186
4.5.1.6 Questões processuais	187
4.5.2 Posições doutrinárias acerca da adoção da teoria da desconsideração da personalidade jurídica pelo Direito Tributário	187
4.5.2.1 Posições favoráveis a adoção da teoria da desconsideração da personalidade jurídica pelo Direito Tributário	188
4.5.2.2 Posições contrárias a adoção da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Direito Tributário	197

336.1/.5(81)
B668r



4.5.3 Conclusões acerca da adoção da teoria da desconsideração pelo Direito Tributário	201
--	-----

5 - PROPOSIÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA AO SÓCIO-ADMINISTRADOR

207

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	207
----------------------------	-----

5.2 PROPOSIÇÕES DA DOCTRINA	208
-----------------------------	-----

5.2.1 Fernando Saiz de Bujanda	208
--------------------------------	-----

5.2.2 Hugo de Brito Machado	211
-----------------------------	-----

5.2.3 Anteprojeto de lei que regula a cobrança da dívida ativa	212
--	-----

5.3 PROPOSIÇÃO DE NOVOS CRITÉRIOS	214
-----------------------------------	-----

5.3.1 Princípios e regras gerais que devem ser observados	216
---	-----

5.3.1.1 Legalidade	216
--------------------	-----

5.3.1.2 Respeito à pessoa jurídica e ao direito de propriedade	216
--	-----

5.3.2 Responsabilidade garantia	217
---------------------------------	-----

5.3.2.1 Fundamento	217
--------------------	-----

5.3.2.2 A aplicação da teoria do risco no Direito Tributário	219
--	-----

5.3.2.3 A importância da garantia legal como elemento de segurança na relação jurídica tributária	221
---	-----

5.3.2.4 Princípios e regras específicas que devem ser observados	221
--	-----

5.3.3 Responsabilidade sanção	224
-------------------------------	-----

5.3.3.1 Fundamento	224
--------------------	-----

5.3.3.2 Princípios e regras específicas que devem ser observados	226
--	-----

5.3.3.3 Observância dos princípios do Direito Tributário penal sancionador	227
--	-----

5.3.3.4 Necessidade de um regime jurídico próprio para a dissolução irregular e para a alienação irregular de bens da pessoa jurídica	227
---	-----

5.3.4 Positivização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica	228
--	-----

5.3.4.1 Principais hipóteses de aplicação	231
---	-----

5.3.4.2 Confusão patrimonial	232
------------------------------	-----

5.3.4.3 Grupos de empresas	232
----------------------------	-----

CONCLUSÃO	235
-----------	-----

REFERÊNCIAS	245
-------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO	261
-------------------	-----

RESUMO	
--------	--

**336.1/.5(81)
B668r**

